

Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

1ª Edição
Novembro de 2007

1. Editorial

O presente documento constitui um esforço do IESS - Instituto de Estudos de Saúde Suplementar para apresentar de maneira sistemática o comportamento conjuntural de variáveis sócio-econômicas de essencial importância para o entendimento do mercado de saúde suplementar.

A expansão do setor de saúde suplementar está diretamente relacionada com a dinâmica do mercado de trabalho, particularmente o formal, dos trabalhadores com carteira assinada. Nas empresas, o plano de saúde é considerado um dos benefícios mais importantes concedidos aos seus colaboradores, pois gera retornos ao promover sua produtividade.

Este documento está organizado em quatro seções. Na primeira seção analisamos a fotografia do mercado de trabalho brasileiro, como forma de compreender a situação atual do setor de saúde suplementar, discutida na segunda seção. Na terceira seção, apresentamos a evolução dos principais indicadores macroeconômicos do país a fim de entender melhor as tendências do mercado de trabalho. Para finalizar, a

quarta seção descreve sucintamente as bases de dados utilizadas.

Os dados provêm das seguintes fontes: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, e PME - Pesquisa Mensal de Emprego, ambas do IBGE. Os dados do mercado de saúde suplementar são da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e os dados macroeconômicos são do Banco Central do Brasil e do IBGE. Cabe destacar que a escolha destas bases de dados se deve à credibilidade das instituições que as disponibilizam.

Nesta primeira carta associamos a expansão do número de beneficiários de planos de assistência médica, após um período de declínio até 2003, ao crescimento da renda real do trabalho. Esta havia declinado continuamente desde a crise cambial de 1999 até seu mínimo em 2003. Mas, note-se, a renda média do trabalho em 2006 ainda era inferior a de 1994, ano do lançamento do plano de estabilização.

O aumento do número de beneficiários vem ocorrendo especialmente na carteira de planos coletivos e nas faixas etárias entre 19 e 59 anos de

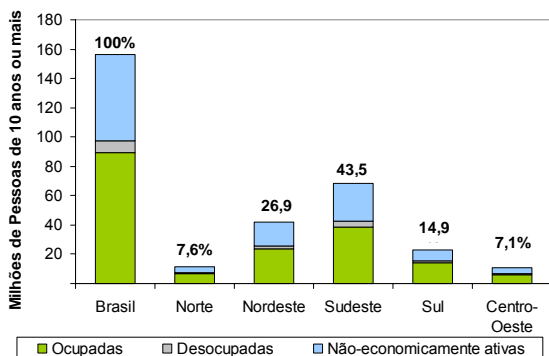
idade nas quais se concentra a população economicamente ativa.

A melhora recente dos indicadores de renda e emprego vem sendo impulsionada pela conjuntura econômica interna favorável alcançada pela estabilidade monetária e controle da inflação, pela diminuição das taxas de juros e pelo câmbio valorizado que favorece os investimentos produtivos e as importações de tecnologia. Soma-se a isto um cenário internacional de crescimento acelerado e livre de crises.

Por fim, gostaria de salientar dois pontos. Primeiro, este documento não substitui as diversas cartas de conjuntura presentes no mercado, mas oferece um informativo adicional para o setor de saúde suplementar e demais interessados no assunto. Segundo, com este esforço o IESS busca atender à sua missão de produzir e divulgar informações relevantes do setor de saúde suplementar e com isto contribuir para um sistema de saúde mais sólido, dinâmico e eficiente, que atenda aos anseios da população brasileira.

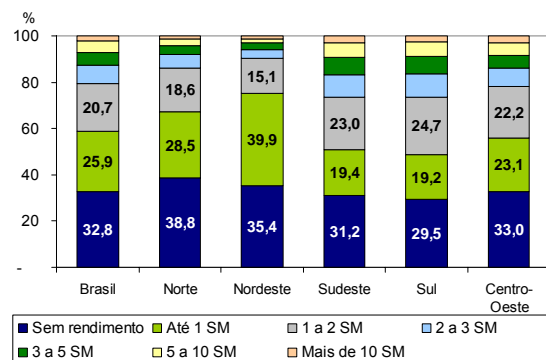
José Cechin
Superintendente Executivo

Gráfico 1. Pessoas de 10 anos ou mais de idade por condição de atividade e ocupação - Grandes regiões - 2006



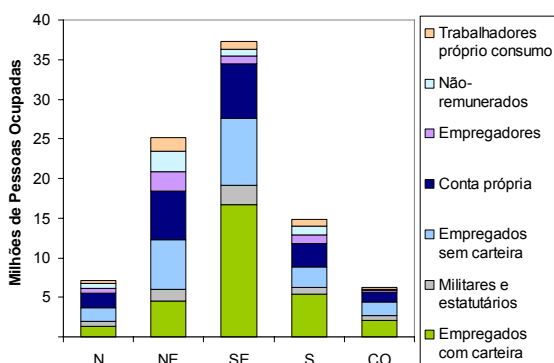
Fonte: PNAD 2006

Gráfico 2. Pessoas de 10 anos ou mais de idade segundo as classes de rendimento mensal por grandes regiões - 2006



Fonte: PNAD 2006

Gráfico 3. Pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego na atividade principal por grandes regiões - 2006



Fonte: PNAD 2006

1. Ocupação e Renda no Brasil

Em 2006, segundo a PNAD, o Brasil tinha 156,2 milhões de pessoas com 10 ou mais anos de idade, divididas em 97,5 milhões de pessoas economicamente ativas e 58,7 milhões de pessoas não economicamente ativas.

A maior parte dessa população, 43,5%, está na Região Sudeste, seguida pelo Nordeste com 26,9%, Sul com 14,9% e Norte e Centro-Oeste com pouco mais de 7% cada qual.

Em todas as regiões, a distribuição da população entre economicamente ativos e não ativos está próxima da média nacional, de 62,4% e 37,6%, respectivamente, à exceção da Região Sul onde é maior a participação dos economicamente ativos, 66,5%, e menor o percentual de população desocupada.

Desses 156,2 milhões de brasileiros maiores de dez anos de idade, 40 milhões têm rendimento médio mensal de até 1 salário mínimo e outros 51 milhões não têm rendimento algum.

A distribuição da população por faixas de rendimentos revela importantes diferenças regionais – os percentuais de pessoas sem rendimento ou com rendimento até um salário mínimo são particularmente altos no Nordeste e maiores do que a média no Norte. Enquanto no Sudeste 19% da população tem rendimentos de até um salário mínimo, no Nordeste esse percentual alcança 40%. Cabe destacar que apenas 3% da população nordestina têm rendimentos acima de 5 salários mínimos. Já a distribuição por faixas de renda nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste é semelhante e mais uniforme.

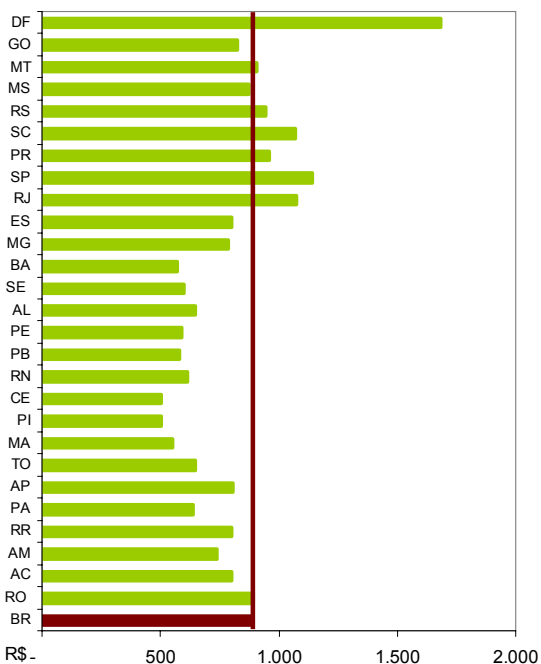
A população ocupada é de 89 milhões de indivíduos, dos quais 59 milhões são empregados. Destes, 28 milhões estão no Sudeste, o que representa 72% da população ocupada da região. A região Norte, apesar da baixa densidade demográfica e industrial, apresenta indicadores de emprego e rendimento do trabalho melhores do que o Nordeste. Isso se deve à concentração industrial na zona franca de Manaus e na

Gráfico 4. Taxa de Ocupação UFs - 2006



Fonte: PNAD 2006

Gráfico 5. Rendimento médio mensal de todos os trabalhos, pessoas ocupadas por UFs - 2006



Fonte: PNAD 2006

Região metropolitana de Belém.

Em todo o país há um elevado nível de informalidade entre os empregados - cerca de 37% da população ocupada não tem carteira assinada nem é servidor estatutário. O menor percentual está no Sul, 29%, e o maior no Nordeste, 52%. No Nordeste 18% da população ocupada vive do trabalho para o próprio consumo ou não é remunerada. Nenhuma outra região tem percentual tão alto, sendo maior o contraste com a região Sudeste que tem 4,8% das pessoas ocupadas nessa situação.

O número de empregados com carteira assinada cresceu 4,7% em comparação com 2005 e o Sudeste lidera essa estatística com crescimento de 5,6%. Apesar da diminuição da participação relativa da informalidade, ela continua a crescer em números absolutos.

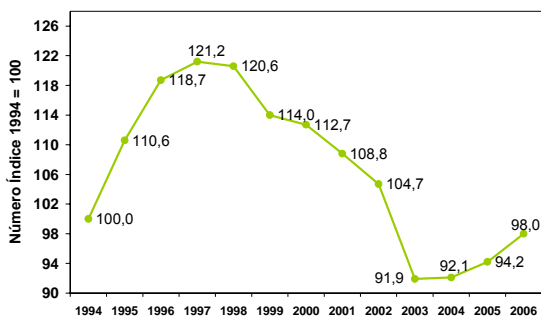
São Paulo apresenta uma taxa de ocupação das pessoas com dez ou mais anos de idade um pouco inferior à média nacional. O Rio de Janeiro tem a segunda menor taxa de ocupação, à frente apenas do Amapá. A maior taxa de ocupação verifica-se em Santa Catarina.

O rendimento médio nacional das pessoas ocupadas é de R\$ 883. Os trabalhadores do Distrito Federal têm o maior rendimento médio entre as pessoas ocupadas, distanciando-se muito da média nacional e de todos os outros Estados. Isto se deve ao elevado número de servidores públicos federais e Distritais residentes em Brasília, categoria com rendimentos superiores a média paga pelo setor privado.

Em seguida, estão os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e os da região Sul e Centro-Oeste. Rondônia, na região Norte, apresentou rendimento muito próximo da média nacional.

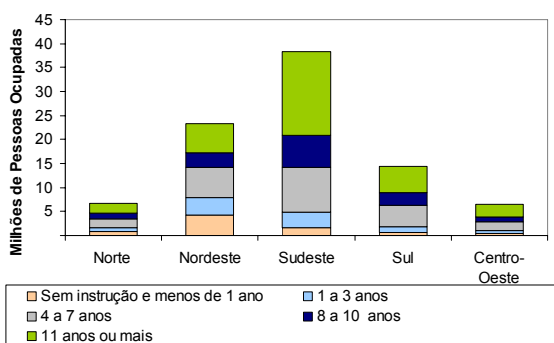
Em termos reais, o brasileiro recebe hoje um pouco menos do que recebia em 1994. A renda real atingiu seu pico em 1998, e declinou a partir da crise cambial

Gráfico 6. Rendimento médio real - Regiões metropolitanas (1994=100) -- 1994 - 2005



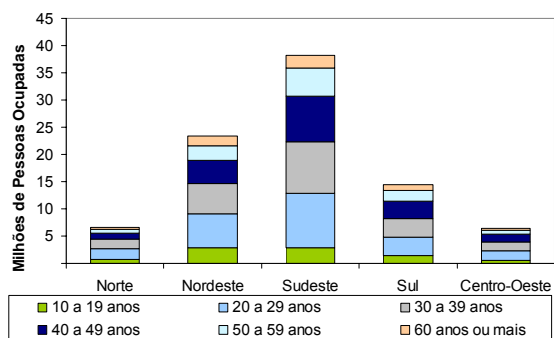
Fonte: IBGE

Gráfico 7. Pessoas ocupadas por grupos de anos de estudo e grandes regiões - 2006



Fonte: PNAD 2006

Gráfico 8. Pessoas ocupadas por grupos de idade e grandes regiões - 2006



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

de 1999 até chegar ao seu mínimo em 2003. Desde então vem retomando o ritmo de crescimento sem ainda ter retornado aos níveis de 2002.

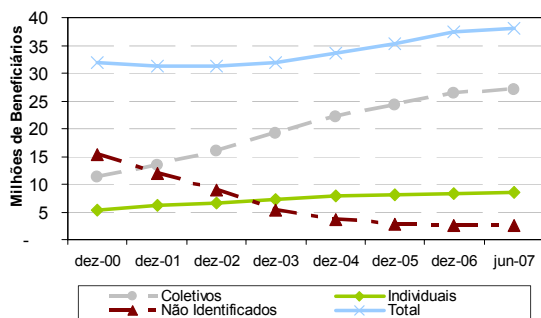
Dentre as variáveis que explicam o comportamento da renda e da ocupação está a escolaridade dos indivíduos. No Brasil, quase 8 milhões das pessoas ocupadas (9%) têm nível de instrução inferior a 1 ano de escolaridade.

A situação é mais grave no Nordeste que concentra mais da metade, 55%, de toda a população de não instruídos do país. A Região Sul tem a menor participação relativa de não instruídos.

Em contraste, é no Sudeste que se encontra a população brasileira com mais de 11 anos de escolaridade, 55%. É nessa faixa de escolaridade que se concentra o maior número de pessoas ocupadas no país, 38%.

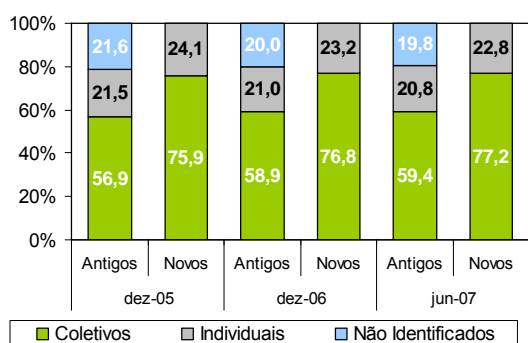
No Brasil, 84% das pessoas ocupadas estão nas faixas etárias entre os 20 e os 60 anos de idade. O maior percentual de ocupados jovens (com até 19 anos) se verifica no Nordeste, 12%; na Região SUL verifica-se o maior percentual de ocupados com mais de 60 anos, 8% as médias brasileiras são, respectivamente, 10% e 7%.

Gráfico 9. Evolução do nº de beneficiários de planos de assistência médica, 2000-2007



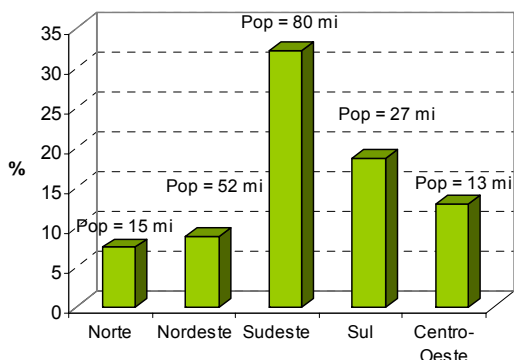
Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

Gráfico 10. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica, por época de contratação, segundo tipo de contratação - jun/07



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

Gráfico 11. Taxas de cobertura de planos de assistência médica, Grandes Regiões - jun/07



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

2. A Saúde Suplementar em Números

Desde sua criação, em 2000, a ANS divulga periodicamente dados consolidados. O número de beneficiários de planos de assistência médica cresce desde 2004. Entre dezembro de 2006 e junho de 2007, houve crescimento de aproximadamente 614 mil beneficiários, o que representa uma variação de 1,6%. Em relação a junho de 2006 esta variação foi da ordem de 5,4%.

Boa parte do crescimento ocorreu em planos coletivos. Planos individuais também cresceram, contudo a uma taxa bem inferior. O número de planos não identificados anteriores à Lei, manteve-se constante no último ano.

2.1. Distribuição de Beneficiários

Em junho de 2007, os planos coletivos representam 59% dos planos antigos e 77% dos planos novos.

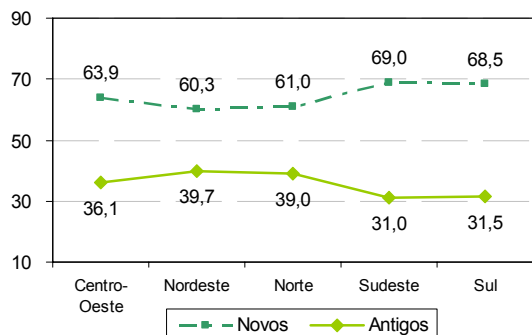
Mulheres têm uma participação relativamente maior em planos de assistência médica do que homens. Em planos individuais, a participação feminina chega a 59% e no total de planos esse percentual é de 53,4%.

Em relação à distribuição geográfica, 67% dos beneficiários de planos de assistência médica estão no Sudeste do país, região que concentra a maior parte da população assalariada. As regiões Sul e Nordeste ocupam a segunda e terceira posições, com aproximadamente 12,5% cada.

A região Sudeste tem a maior taxa de cobertura, igual a 32%, sendo a única região com taxa de cobertura maior do que a nacional de 20,3%. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentam a segunda e terceira maiores taxas de cobertura, de 18% e 13%, respectivamente, e Norte e Nordeste as menores. Todavia, o número absoluto de beneficiários da região Nordeste é similar ao da região Sul, em razão de sua maior população total.

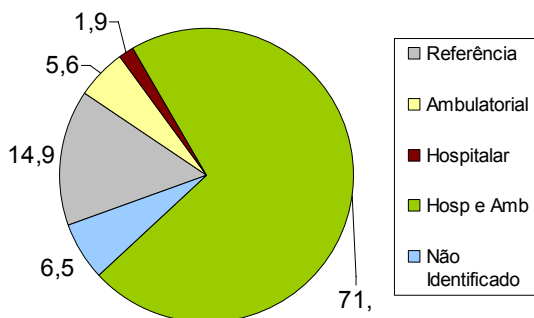
Os dados da ANS mostram que as taxas de cobertura são maiores nas capitais, 39%. No interior do país, a taxa de cobertura é menos do que a metade daquela verificada nas capitais e suas regiões metropolitanas.

Gráfico 12. Distribuição de beneficiários de planos de assistência médica por época de contratação, segundo grande região - jun/07



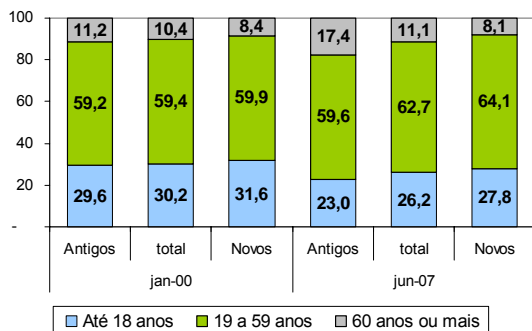
Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

Gráfico 13. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica, por segmentação assistencial - jun/07



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

Gráfico 14. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por faixa etária - dez/00 e junho/2007



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

A distribuição dos beneficiários por época de contratação é similar entre as regiões do país - 69% nas regiões Sul e Sudeste e entre 60% e 64% nas demais regiões são de planos posteriores ou adaptados à Lei.

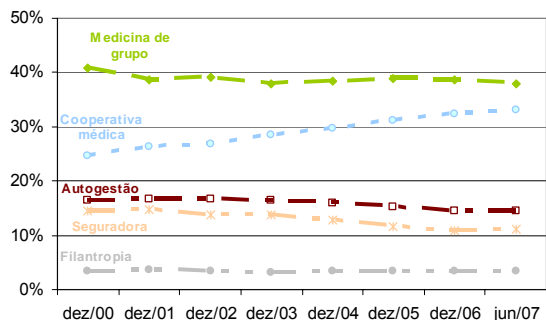
Predominam no mercado os planos ambulatoriais e hospitalares (71%). O segundo segmento mais demandado é o de planos-referência (mais abrangentes) enquanto os planos apenas hospitalares têm a menor participação, de apenas 2% da população beneficiária. Após grandes esforços da ANS para classificar todos os planos, restam como não identificados 6,5% do número total de planos.

Em comparação com 2000, a carteira de beneficiários envelheceu, fruto da diminuição da participação de menores do que 19 anos, aumento dos entre 19 a 59 anos e manutenção daqueles com 60 anos ou mais. Porém, comparando planos antigos e novos, nota-se um forte envelhecimento da carteira de planos antigos e aumento da população em idade ativa na carteira de planos novos.

Entre as faixas etárias de reajuste, definidas na Resolução Normativa 63 da ANS, há um maior número de beneficiários nas faixas de 0 a 18 anos, 26%, e acima de 59 anos, 12%. Nas faixas intermediárias, divididas em quinqüênios há menor concentração em cada uma delas.

As Medicinas de Grupo detém o maior percentual de beneficiários de planos de assistência médica, seguidas pelas Cooperativas Médicas. No entretanto, foram as Cooperativas Médicas as que mais cresceram no período de dezembro de 2000 a junho de 2007 tendo aumentado sua participação no número de beneficiários em quase 10 pontos percentuais. Seguradoras, perderam posição relativa, passando de 14% para 11% do total de beneficiários e as Medicinas de Grupo passaram de 41% a 38%.

Gráfico 15. Evolução do percentual de beneficiários de planos de assistência médica por modalidade de OPS - 2000-2007



Fonte: Caderno de Informações ANS, set/07

2.2.4. Conclusão

A tabela a seguir apresenta uma síntese do setor de saúde suplementar em relação aos seus beneficiários. Em síntese, o que se percebe é um bom desempenho do setor, com uma variação no número de beneficiários da ordem de 5%, em relação a junho de 2006.

Quadro Síntese do setor de saúde suplementar - Junho/2007

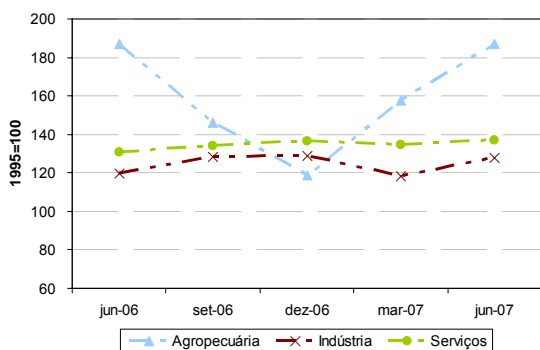
	jun/06	Δ%	jun/07
Beneficiários	36.041.788	5,38	37.979.995
<i>Taxa de cobertura (%)</i>	19,64	3,38	20,3
<i>Coletivos (*)</i>	26.459.157	2,46	27.110.232
<i>Individuais (*)</i>	8.388.430	0,34	8.417.315
<i>Masculino</i>	16.716.216	5,80	17.686.206
<i>Feminino</i>	19.325.527	5,01	20.293.789
<i>0 a 18 anos</i>	9.640.570	3,33	9.961.494
<i>19 a 58 anos</i>	22.122.640	6,10	23.472.789
<i>59 anos e acima</i>	4.248.661	6,35	4.518.313

Fonte: ANS

(*) Dado referente a dezembro de 2006

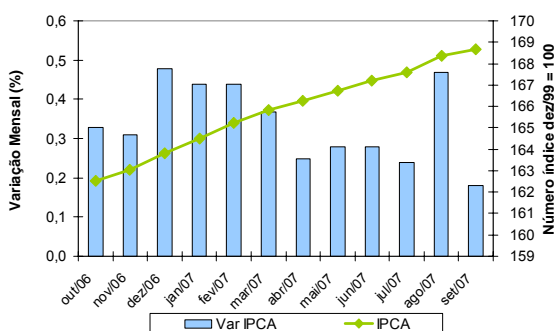
Por fim, cabe destacar o crescimento de 6,4% no número de beneficiários na última faixa etária de reajuste dos planos. Ainda que o grupo seja numericamente pequeno, o crescimento mais rápido nesta faixa etária dev implicar elevação mais do que proporcional nos custos das operadoras, uma vez que a frequência e intensidade de utilização dos serviços médicos aumentam com a idade.

Gráfico 16. Índice trimestral do valor adicionado por setor de atividade - Agropecuária, Indústria e Serviços - 2006-2007 (média de 1995=100)



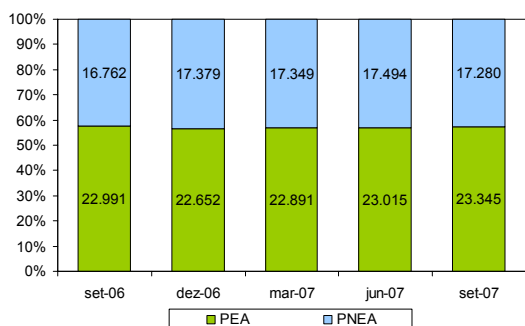
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

Gráfico 17. IPCA Variação Mensal e Índice Acumulado – 12 meses



Fonte: IBGE

Gráfico 18. Distribuição da população em idade ativa entre economicamente ativos (PEA) e não ativos (PNEA) – set/06 a set/07 (mil pessoas)



Fonte: PME – IBGE

3. Cenário macroeconômico

Esta seção apresenta os principais indicadores macroeconômicos que descrevem as tendências de crescimento econômico, expansão do investimento e consumo.

3.1 PIB

No segundo trimestre de 2007, o PIB nacional foi de R\$ 630,2 bilhões. Em relação ao trimestre anterior, este valor representa uma variação de 0,94% ou 11,2% se comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os setores industrial e de serviços apresentaram desempenhos aproximadamente constantes. A agropecuária recuperou-se entre o último trimestre de 2006 e o segundo trimestre de 2007, após queda entre o terceiro e quarto trimestre de 2006.

Comparado ao mesmo período no ano anterior, a indústria teve expansão de 6,8%, os serviços 4,6%, e a agropecuária 0,17%.

Os serviços públicos de administração, saúde e educação cresceram 1,6% no segundo trimestre de 2007 em relação ao segundo trimestre de 2006 (pouco inferior aos 2% de variação entre os primeiros trimestres dos dois anos). Entre os segundos trimestres de 2005 e 2006 a variação havia sido 2,4%.

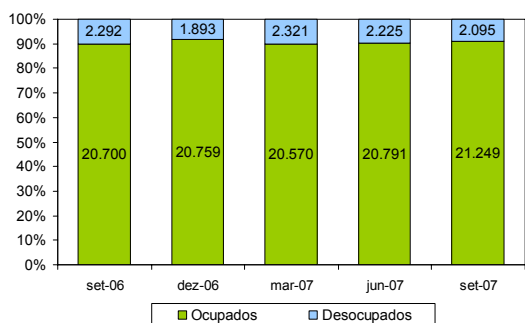
3.2. Inflação

O IPCA cresceu 0,18% entre os meses de agosto e setembro do presente ano. Esta variação foi menor do que a ocorrida entre os meses de julho e agosto (0,42%). A inflação de 2007, medida pelo IPCA, está em 2,98%, enquanto a taxa acumulada em relação a dezembro de 1999 é de 68,7%.

3.3. Emprego

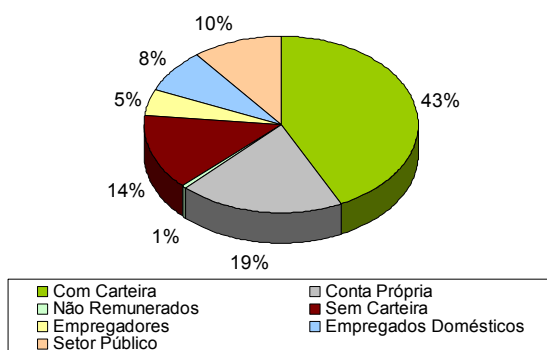
Os dados dessa seção se referem à Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que não abrange a

Gráfico 19. Composição da população economicamente ativa entre pessoas ocupadas e desocupadas - set de 2006-set de 2007 (mil pessoas)



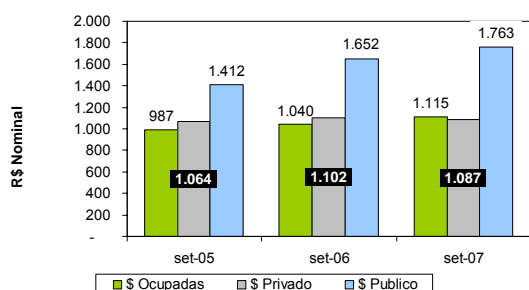
Fonte: PME – IBGE

Gráfico 20. Distribuição da PEA ocupada segundo posição na ocupação – set/07



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 21. Rendimento mensal habitualmente recebido - set/05 a set/07



Fonte: PME – IBGE

totalidade do território nacional, apenas 6 regiões metropolitanas (ver seção 4).

Entre setembro de 2006 e setembro de 2007 a população economicamente ativa (PEA) passou de 22,9 milhões para 23,4 milhões, aumento de 1,7%. A população não economicamente ativa (PNEA) manteve sua participação na população maior de dez anos de idade, em torno de 42%, sendo 16,8 milhões em setembro de 2006 e 17,3 milhões em setembro de 2007.

A taxa de ocupação pouco variou, passando de 90% para 91% entre setembro de 2006 e setembro de 2007. Pessoas ocupadas (21,3 milhões) representam 52,3% da população em idade ativa em setembro de 2007 enquanto que as desocupadas (2,1 milhões) representam 5,2% no mesmo mês. Nesse ano, o número de pessoas desocupadas apresentou uma importante diminuição, de cerca de 9%, enquanto aumentou em 549 mil o número daquelas que se declaram ocupadas.

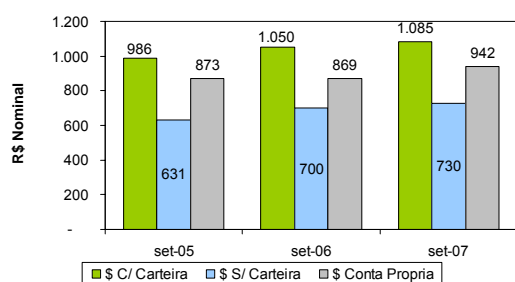
Pouco menos da metade da PEA ocupada é composta por trabalhadores com carteira de trabalho assinada (43%, enquanto na Pnad este percentual é de 33%). Trabalhadores sem carteira de trabalho correspondem a 17%; trabalhadores por conta própria, 24%; empregadores, 6%; e não remunerados, pouco menos de 1% da PEA.

O número de empregos com carteira assinada aumentou em 521 mil trabalhadores nos 12 meses entre setembro de 2006 e 2007, elevação da mesma magnitude para os trabalhadores por conta própria. No período, diminuiu o número dos trabalhadores sem carteira e não remunerados.

3.4. Renda

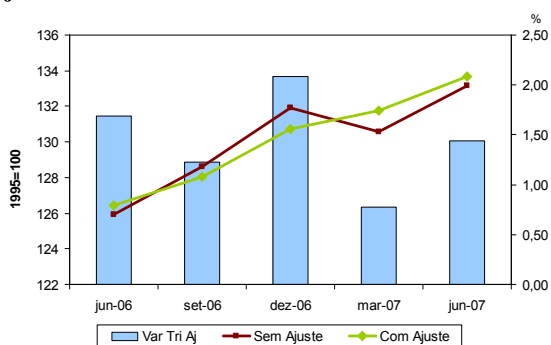
A PME de setembro de 2007 mostra que o rendimento nominal mensal habitual das pessoas ocupadas teve pequeno aumento em relação a setembro de 2006, passando de R\$ 1.040 a R\$ 1.115, respectivamente. (Por se tratar de regiões metropolitanas, essa renda média é mais alta do que a

Gráfico 22. Rendimento médio no trabalho principal - setor privado – set/06 a set/07



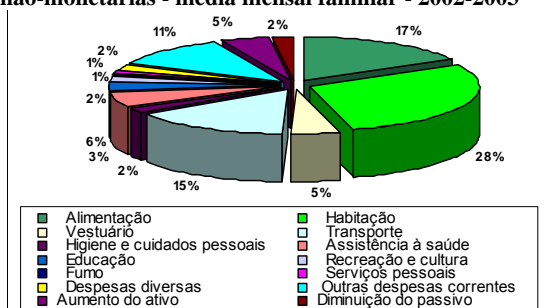
Fonte: PME – IBGE

Gráfico 23. Evolução e variação do índice de despesa em consumo das famílias (média de 1995=100) com e sem ajuste sazonal - 2006-2007



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

Gráfico 24. Distribuição das despesas monetárias e não-monetárias - média mensal familiar - 2002-2003



Fonte: POF – IBGE

da PNAD, referente à toda a população ocupada.)

O rendimento habitualmente recebido por servidores públicos é significativamente maior do que o recebido pelos trabalhadores do setor privado, sendo a diferença entre os rendimentos de aproximadamente R\$ 680.

No setor privado, o maior rendimento é percebido por trabalhadores com carteira assinada, seguidos pelos trabalhadores por conta própria e os sem carteira.

O rendimento dos empregados com carteira assinada teve aumento de R\$ 35 entre setembro de 2006 e setembro de 2007; os sem carteira e por conta própria também tiveram aumentos de R\$ 30 e R\$ 73, respectivamente.

3.5. Consumo

O consumo das famílias cresceu cerca de 10% entre os segundos trimestres de 2006 e 2007, tendo seu volume atingido pouco mais R\$ 379 bilhões. O gráfico ao lado mostra o índice de despesa com consumo das famílias e sua variação trimestral.

Observa-se no ano uma tendência ao crescimento do consumo das famílias. O índice sem ajuste sazonal apresenta uma pequena queda no primeiro trimestre de 2007.

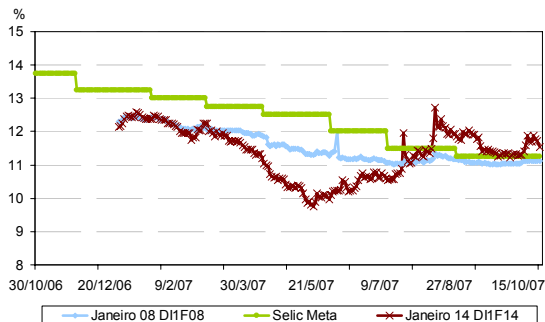
Para os anos de 2002-2003 a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE mostra que das despesas totais das famílias 82% são despesas em consumo. Os 18% restantes dividem-se em outras despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Com o item assistência à saúde as famílias brasileiras gastam aproximadamente 6% de sua renda.

3.6. Taxas de Juros

Na reunião de outubro, o Copom interrompeu um ciclo de dois anos de corte da taxa Selic e a manteve em 11,25%, em decisão unânime.

Na ata da última reunião, os diretores do BC afirmaram que as incertezas associadas aos

Gráfico 25. Meta Copom Selic e Juros de Longo Prazo – 12 meses



Fonte: Bacen e BM&F

mecanismos de transmissão da política monetária e ao ritmo de crescimento da oferta e da demanda no país justificavam uma pausa no processo de flexibilização da política de juros.

Já os juros de longo prazo voltaram a diminuir após subida iniciada em julho de 2007.

3.7. Câmbio

O Dólar atingiu sua cotação mais baixa no ano e rompeu a barreira dos R\$ 1,80, devido ao bom resultado da Bovespa puxado pelos IPOs de empresas nacionais.

O EMBI-BR oscilou no último mês (Outubro/07) entre 160 e 180 pontos, próximo do seu nível mais baixo.

Gráfico 26. Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil



Fonte: Banco Central

3.7 Quadro Resumo Principais Indicadores

Quadro Síntese - Indicadores Econômicos – 2007¹			
variável	2007/II	Δ%	2006/II
PIB (R\$ milhões)	630.200	11,2	566.748
Arrecadação receitas tributárias federais (R\$ milhões)	204.446	14,8	178.075
Consumo do governo (R\$ milhões)	119.353	12,1	106.468
Consumo das famílias (R\$ milhões)	379.575	10,0	345.005
	setembro/07	Δ%	setembro/06
Emprego - indivíduos ocupados (mil pessoas)	21.249	2,7	20.700
Renda (R\$)	1.115,0	7,2	1.039,9
Setor privado	1.084,5	1,2	1.071,2
Setor público	1.734,1	9,6	1.582,5
	setembro/07	Δ%	agosto/07
<i>Inflação</i>			
IPCA (Δ% mensal)	0,18		0,21
IGP-M (Δ% mensal)	1,27		0,29
Juros (Selic over)	11,22	-1,8	11,43
Câmbio (R\$/US\$)	1,92	-3,2	1,98

Fontes: IBGE e Banco Central do Brasil

Expectativas de mercado para 2007 e 2009		
	2007	2008
IGP-M	5,56	4,00
IPCA	3,86	4,10
Selic	11,25	10,25
Câmbio R\$/US\$	R\$ 1,80	R\$ 1,90
PIB	4,70	4,40

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 29 de outubro de 2007.

¹ Segundo boletim Focus divulgado dia 29 de outubro, as novas expectativas do mercado para 2007 são: IGP-M – 5,56%; IPCA – 3,86%; Selic – 11,25% a.a.; Câmbio – R\$ 1,80/US\$; e PIB – 4,70%. Para 2008 as expectativas são, respectivamente, de: 4,00%; 4,10%; 10,25% a.a.; R\$ 1,90/US\$; 4,40%.

4. Pesquisas e Fontes de Dados Utilizadas:

4.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Pesquisa com periodicidade anual, realizada pelo IBGE. Em 2006 a pesquisa abrange 410.241 indivíduos e 145.547 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

4.2 Pesquisa Mensal de Emprego (PME)

Pesquisa com periodicidade mensal, realizada pelo IBGE. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

4.3 Contas Nacionais Trimestrais

Levantamento com periodicidade trimestral, realizado pelo IBGE. Apresenta os valores correntes e os índices de volume para o Produto Interno Bruto a preços de mercado, Impostos sobre Produtos, Valor Adicionado a Preços Básicos, Consumo Pessoal, Consumo do Governo, Formação Bruta de Capital Fixo, Variação de Estoques, Exportações e Importações de Bens e Serviços. Possui periodicidade trimestral.

4.4 Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)

Pesquisa realizada pelo IBGE, fornece informações sobre a composição dos orçamentos das famílias brasileiras. Sua última edição refere-se aos anos 2002-2003, onde 48.470 domicílios foram entrevistados. Há duas outras POFs realizadas pelo IBGE referentes aos anos 1987-1988 e 1995-1996.

4.5 Caderno de Informação da Saúde Suplementar – Beneficiários, Operadoras e Planos

Documento com informações do setor de saúde suplementar preparado trimestralmente pela ANS. Contém tabulação de dados efetuada pela própria ANS a partir de informações repassadas por todas as operadoras de planos de saúde do país.

5. Equipe Técnica

José Cechin – Superintendente Executivo

Bruno Badia – Economista

Carina Burri Martins – Economista

Clarissa Côrtes Pires – Consultora

Fernando Marques – Estagiário